



À Coordenadoria Legislativa
A/C Maria Laura Oliveira.

Ofício Administrativo nº _____/2024.
Referência: Minuta de Parecer do Projeto de Lei nº 7/2024.

Assunto: Autoriza a abertura de créditos adicionais, no valor total de até R\$ 10.016.006,08, e dá outras disposições.
Autoria: Sr. Prefeito.

Manifestação do Departamento Jurídico.

Em atendimento à solicitação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vimos, nos termos do Ato da Presidência nº 21/2018, apresentar, com fulcro nas atribuições funcionais do Departamento Jurídico, a minuta de Parecer obrigatório das comissões competentes, para apreciação e aprovação dos nobres vereadores.

Ressaltamos que a Minuta do Parecer se reporta, exclusivamente, ao caráter técnico da propositura, fugindo de nossa competência e de nossa intenção formar qualquer juízo de valor sobre o mérito, atribuição que compete aos ilustres parlamentares.

Franca, 20 de fevereiro de 2024.

Taysa Mara Thomazini

Advogada - OAB/SP n.º 196.722

Maria Fernanda Bordini Novato

Advogada - OAB/SP n.º 215.054



MINUTA DE PARECER DAS COMISSÕES PERMANENTES:

COMISSÕES DE:

**LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.
FINANÇAS E ORÇAMENTO.
SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.**

PARECER CONJUNTO.

PROJETO DE LEI Nº 7/2024.

EMENTA: Autoriza a abertura de créditos adicionais, no valor total de até R\$ 10.016.006,08, e dá outras disposições.

Autoria: Sr. Prefeito.

I – RELATÓRIO E OBJETIVOS DO PROJETO:

➔ O projeto visa autorizar o Poder Executivo a abertura de créditos adicionais, especialmente em virtude de verbas decorrentes de convênios firmados com os governos Estadual e Federal:

Crédito orçamentário no valor de R\$ 2.858.437,44 destinado à Secretaria de Educação para a alimentação escolar. A complementação dos recursos está em conformidade com o 6º Termo de Aditamento do Convênio celebrado com o Governo do Estado de São Paulo, que prevê transferências para o Município no valor total de R\$ 17.631.420,00 no ano de 2024.

Créditos orçamentários no valor total de R\$ 430.232,64, convênio nº 951611-2023, celebrado com a União, por intermédio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O Convênio tem por objeto o "acesso à habitação adequada e acompanhamento socioassistencial para pessoas em situação de rua no Projeto de Enfrentamento à Pobreza Moradia Primeiro".

Créditos orçamentários no valor total de R\$ 6.727.336,00, sendo a previsão de transferências durante o ano de 2024, no valor total de R\$ 5.641.563,00 de recursos federais, e R\$ 1.085.773,00 de recursos próprios, destinados aos pagamentos dos



profissionais de Enfermagem de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 413, de 26 de julho de 2023.

II – PARECERES:

As competências das Comissões que a este parecer conjunto subscrevem, estão especificadas no Regimento Interno (artigo 40, c/c o artigo 125).

O assunto corresponde a interesse local do Município, de forma que este é o ente competente para propô-lo, nos termos do art. 30, I, da CF/88.

Quanto a competência da autoridade, correta a iniciativa do Prefeito, já que a matéria dispõe sobre a organização e administração do Município, atendendo assim, o princípio da separação dos Poderes, disposto no art. 2º, 61 e 167, VI da CF/88, e do art. 5º da Constituição do Estado de São Paulo.

No tocante a forma (ato normativo) utilizado, bem como seu status na escala hierárquica normativa, consideramos correta a forma de lei ordinária, já que não se insere no rol de leis complementares, estabelecido no art. 270 da LOMF.

No que se refere à análise material, entendemos que há adequação do conteúdo do projeto com os preceitos da Constituição Federal. Também não vislumbramos confronto no aspecto legal.

➡ O projeto encontra-se instruído com Impacto Orçamentário Financeiro, nos termos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

➡ Assim, quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, o Projeto está adequado às normas do Ordenamento Jurídico Brasileiro.

➡ No que se refere ao Mérito, o Projeto visa viabilizar a gestão do governo.

➡ No tocante ao Quórum de votação, exige-se maioria simples de votos, nos termos da LOMF.

III – DECISÃO DAS COMISSÕES:

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, em seus estritos limites, remete o Projeto à alta consideração e deliberação do Augusto Plenário, a quem cabe a decisão final, pois a matéria está redigida e elaborada dentro das normas legais e das normas técnicas de redação legislativa.


Quanto às Comissões de Mérito, conclui-se que não há óbice ao Projeto em questão.

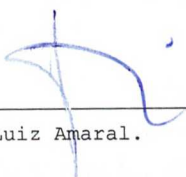
Ao Egrégio Plenário, para decisão soberana.

Câmara municipal, em 20 de fevereiro de 2024.

**AS COMISSÕES DE:
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

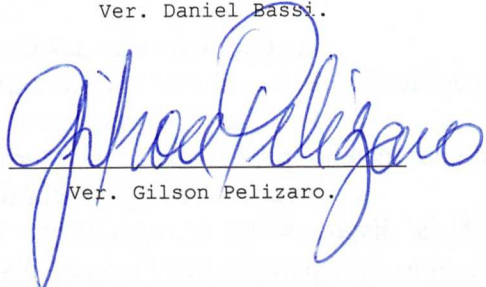



Ver. Claudinei da Rocha


Ver. Luiz Amaral.


Ver. Daniel Bassi.

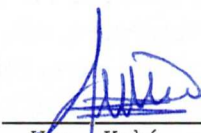

Ver. Marcelo Tidy



Ver. Gilson Pelizaro.

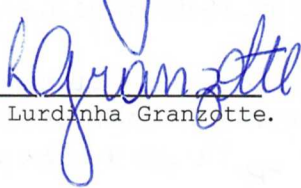
FINANÇAS E ORÇAMENTO


Ver. Gilson Pelizaro


Ver. Ilton Ferreira.


Ver. Kaká.


Ver. Ronaldo Carvalho.


Vera. Lurdinha Granzotte.


SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL


Ver. Zezinho Cabeleireiro



Ver. Daniel Bassi.


Ver. Pastor Palamoni.

EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.


Ver. Marcelo Tidy


Ver. Kaká


Ver. Donizete da Farmácia